

REITORA NOMEADA MUDA DISCURSO E DIZ QUE CONSAD É QUEM DEVE JULGAR RECURSO DA PROFESSORA BIA ABRAMIDES

Em carta à comunidade a reitora nomeada, professora Anna Maria Marques Cintra afirma que os recursos protocolados pela APROPUC e sua diretora Maria Beatriz Abramides foram dirigidos à instância incorreta: a solicitação foi remetida ao Consun, colegiado que trata de questões acadêmicas, quando deveria ter sido enviado ao Conselho de Administração (Consad), órgão responsável por assuntos trabalhistas e administrativos" (veja íntegra da nota na página 2 desta edição)

No Conselho Universitário de 27/3 ao relatar os recursos ao plenário o diretor da APROPUC João Batista Teixeira ouviu da professora Anna a decisão de que os recursos seriam discutidos na próxima sessão do Consun, uma vez que deveriam passar pelo parecer de um relator, fato rotineiro no Conselho.

Porém, a comunicação de 2/4, muda o rumo da discussão ao afirmar que a instância recursal deveria ser o Conselho de Administração, Consad.

A atitude vai claramente no sentido de esvaziar a discussão, tirando a sua legitimidade. Vários conselheiros já haviam se manifestado hi-

potecendo solidariedade à professora Bia e indicando que entrariam com outros recursos caminhando na mesma direção daqueles protocolados pela entidade e pela professora.

COMPETÊNCIA DO CONSUN

O CONSUN é órgão deliberativo da instituição competente para definir as diretrizes acadêmicas da política universitária, acompanhando sua execução e avaliando seus resultados, zelando pelas finalidades, princípios e missão educativa da Instituição, conforme artigo 19 do Estatuto, mas cabe observar os incisos XI, XII, XIII, XIV, todos do artigo 21 do mesmo diploma institucional que tratam dos critérios de avaliação do docente para sua admissão; o inciso XVIII do art. 21 trata genericamente sobre a competên-

cia do órgão em conhecer e deliberar dos recursos interpostos relativamente a assuntos previstos no Regimento Geral da PUC-SP o que sempre motivou o encaminhamento dessas questões ao órgão máximo da instituição (embora tenha relação direta com os recursos previstos no §1º do art. 270 do Regimento, que estabelece possibilidade de recurso quando a avaliação for negativa).

Portanto não resta dúvida que o assunto é sim da alçada do Consun. Durante a sua história o Conselho já decidiu sobre recursos e sindicâncias e, quando acontecem dúvidas sobre a pertinência da discussão a decisão deve passar por todo o plenário.

Por outro lado a licença médica da professora Bia não foi ininterrupta: 22/07/13 a 30/11/2013, ou seja, a decisão poderia ter sido pro-

ferida de 05/06 a 12/7 (início de férias) e de 01/12/13 até 19/12/13 (início do recesso).

PROCESSO POLÍTICO

O processo que envolveu a professora Bia Abramides configurou-se claramente em um processo político e, nesse sentido, mais uma vez, a reitora nomeada pretende esvaziar de significado o seu ato ao afirmar que trata-se exclusivamente de assunto administrativo de competência do Consad.

Caberá aos conselheiros dar conhecimento ao processo que defende fundamentalmente uma postura crítica da professora, coisa que a PUC-SP sempre prezou em toda a sua história.

A diretoria da APROPUC emitiu nota refutando o comunicado da reitora (veja íntegra na página 2).

50 ANOS DO GOLPE MILITAR

Veja nas páginas 3 e 4 cobertura das manifestações que aconteceram em todo país

Resposta ao manifesto "Nulidade da pena!"

A última edição do PUCViva (nº 902, de 31/3/2014) apresenta um manifesto de duas páginas sobre o processo administrativo da professora Maria Beatriz Costa Abramides. Embora se trate de um texto político, movido portanto por interesses particulares, é preciso corrigir algumas das informações ali divulgadas. O principal diz respeito à informação de que "a sentença da professora Anna Cintra contrariou o parecer da Comissão processante", publicando em seguida um fragmento do relatório final da Subcomissão designada para este processo administrativo. A publicação apenas daquele trecho, fora de contexto, induz o leitor ao erro. Para além dele, a Subcomissão foi unânime em apontar que, ao ocupar a cadeira de um dos conselheiros antes do início da sessão do Conselho Universitário (Consun) de 27 de fevereiro de 2013, a docente Maria Beatriz Costa Abramides, no horário em que deveria estar em sala de aula lecionando, participou do ato que impediu a realização do colegiado e descumpriu ordem do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (que garantia o exercício da Reitoria pela professora Anna Cintra).

Internamente, tal comportamento, de acordo com o Estatuto e o Regimento Geral da PUC-SP, é passível de uma pena até de suspensão sem remuneração - conforme indicado pelo voto em separado de um dos membros da Subcomissão e pelo presidente da Comissão Processante Permanente (CPP), que encaminhou o resultado do processo administrativo à reitora Anna Cintra. É preciso explicitar, ainda, que o trabalho da Subcomis-

são se baseou em provas materiais e depoimentos das duas partes, garantindo o direito de defesa e do contraditório. Para esclarecer, portanto: embora a Subcomissão e a CPP apontassem que a professora Maria Beatriz Costa Abramides cometera uma infração disciplinar grave, passível de suspensão sem remuneração, a reitora aplicou uma pena menor - advertência formal, consignada no prontuário da docente.

Cabe ressaltar também que a CPP encaminhou o resultado do processo administrativo à reitora em 5 de junho de 2013. A decisão da reitora Anna Cintra foi publicada em 27 de janeiro de 2014 porque, até então, a professora Maria Beatriz Costa Abramides se encontrava em licença médica. Intimada a pena em 28 de janeiro de 2014, a docente processada teria até o dia 4 de fevereiro de 2014 para encaminhar recurso da decisão; como isso não ocorreu, no dia 7 de fevereiro de 2014 a determinação final foi enviada à Divisão de Recursos Humanos para seu cumprimento. Um pedido de recurso foi protocolado mais de um mês depois, em 20 de março de 2014, e encaminhado à instância incorreta: a solicitação foi remetida ao Consun, colegiado que trata de questões acadêmicas, quando deveria ter sido enviado ao Conselho de Administração (Consad), órgão responsável por assuntos trabalhistas e administrativos.

Com estes esclarecimentos, esperamos ter contribuído para o restabelecimento dos fatos e para sua correta divulgação.

A Reitoria

Nota da diretoria da APROPUC

A diretoria da APROPUC vem informar que em 26 de março de 2014 compareceu à Reunião ordinária do CONSUN, representada por seu diretor João Batista Teixeira, que solicitou a palavra para dar conhecimento a todos os presentes que a APROPUC havia protocolado Recurso ao CONSUN referente à nulidade da pena e arquivamento do processo imposta à Prof. Dra. Maria Beatriz Costa Abramides, vice-presidente da APROPUC, pela reitora Dra. Anna Maria Marques Cintra ao julgar o Processo Sindicante nº 06/2013. Informou ainda que a Prof. Maria Beatriz Costa Abramides também protocolou recurso à Comissão Processante, com cópia à Presidente do CONSUN, no sentido de que esta instância analisasse e se posicionasse pela nulidade da pena e de todos os atos que a antecederam.

Após o pronunciamento do diretor da APROPUC João Batista Teixeira, a reitora Anna Maria Marques Cintra afirmou que os Recursos seriam enviados a um relator e que a matéria estaria incluída como ponto de pauta na próxima reunião do CONSUN. Neste sentido, a manifestação da Reitora em "Resposta ao manifesto Nulidade da Pena, do Jornal PUCVIVA" causa estranheza quando afirma que a matéria empauta é competência do CONSAD por se tratar de questão trabalhista. Nesse caso, também, o conflito revelou-se um choque que expressa posições políticas, não particulares, mas sociais, de classe, que dizem respeito aos rumos desta universidade. Encoberto sob o

manto de "processo administrativo" a investigação contra a nossa diretora da APROPUC mostrou-se um instrumento político de ataque à entidade no bojo de uma crise política de legitimidade da reitora indicada pelo cardeal contrariando a vontade da comunidade. Essa é mesma conduta que hoje tomam aqueles que perseguem, punem e judicializam os movimentos sociais.

Acreditamos que o CONSUN, como instância acadêmica da Universidade, é o fórum para debates e decisões sobre temas e questões relacionados à democracia e à autonomia universitária. Apesar do esvaziamento que o novo estatuto da universidade impôs ao Conselho, ele ainda se constitui no órgão máximo de discussão coletiva da universidade e a defesa da autonomia e democracia da universidade devem passar por ele. O processo contra a professora Bia não é meramente técnico como querem transformá-lo, mas envolve todos os professores, pois a docente acompanhou o consun na qualidade de representante da assembleia de professores e diretora da APROPUC.

Nesse sentido reafirmamos que o próximo Consun, conforme indicação da própria reitora, deve discutir como ponto de pauta os recursos acima. Reivindicamos que os conselheiros se posicionem pela nulidade da pena imposta à professora Bia e pelo arquivamento do processo.

Pela autonomia e democracia universitária!

Diretoria da APROPUC

Novos apoios à professora Bia Abramides

Abaixo divulgamos novas moções de solidariedade à professora Bia Abramides.

Miriam Fátima Reis; Rafael Kfourri de Vilhena Nunes; Rosana de Moura Lima; Maria Angelina Baía de Carvalho de Almeida Camargo; Nádia Socorro Fialho Nascimento - UFPS; Neide Aparecida Fernandes - CRESS-SP; Celso Canabal Camba; Livia Sa-

lati Manfrinato; Marinete Cordeiro Moreira - CFESS; Marta Carneiro de Souza Oliveira - Assistente Social; Fabiane Aparecida Moreno Gomes - Assistente Social; Janaiky Pereira de Almeida; Vania Maria Ferreira de Freitas; Sueli Yukie Kagohara; Gabriel Barmak Szemere; Paulo Rogerio Urbano; André Morelli Gadott-Maria Cristina de Oliveira - Assistente Social; João Batista Martins Gomes; Oliver Seiler Calo.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Roberto Oliveira, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischtordt

Apropuc: Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: João Ramalho 182, 7º andar - Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Atos, manifestações e passeatas relembram os 50 anos do golpe militar



FOTOS MARINA D'AQUINO E ROBERTO PARIZOTTI

Acima à esq. e à dir. o Tuca lotado durante o Ato em homenagem aos mortos pela ditadura; ao centro o ator Sergio Mamberti tendo à sua esq. o totem inaugurado em frente ao Tuca; nas fotos abaixo dois momentos do escracho realizado pelo Cordão da Mentira.

Uma série de manifestações organizadas pelas diversas Comissões da Verdade de todo o país e por vários movimentos sociais "descomemoraram" os 50 anos do pior golpe de estado sofrido pelo povo brasileiro.

No início da noite de quarta-feira, 2/4, cerca de duzentas pessoas homenagearam os mortos e desaparecidos durante a Ditadura Militar, entre 1964 e 1985. O ato foi organizado pela Comissão da Verdade "Reitora Nadir Kfourri" da PUC-SP com apoio de diversos

movimentos sociais para a inauguração do monumento em frente ao Tuca em memória dos mortos, lembrando da importância da revisão da Lei da Anistia, que atualmente estende direitos aos militares. Totens iguais serão instalados em todas as capitais dos estados brasileiros e em Brasília, lembrando os 50 anos do golpe que instaurou uma ditadura sanguinolenta no Brasil por 21 anos, com centenas de relatos de torturas, sequestros, desaparecimentos e mortes.

O ato foi comandado

por Paulo Abrão, doutor em Direito e presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, que discursou lembrando a importância que a Lei da Anistia tem, mas que deve ser revista por conta da proteção agregada aos militares. Ele também explicou a importância do monumento, além do grande significado de ser instalado na porta da PUC-SP, símbolo de resistência durante o governo militar. Outras falas seguiram a de Abrão, com professores e militantes se manifestando. A Comissão da

Verdade da PUC-SP, por meio de uma carta, ressaltou o significado do totem e lembrou as movimentações internas da universidade contra o golpe dado por Anna Cintra e Dom Odilo Scherer em 2012, ao eleger uma reitora que não foi a mais votada pelo corpo universitário. Membros do Cordão da Mentira, ato tradicional que ocorre nos aniversários do golpe militar, também leram uma carta, onde declararam que é ne-

continua na próxima página

continuação da página anterior

cessário falar de ditadura tanto tempo depois porque ainda vivemos sob o mesmo regime instaurado em 1964. "Achar que, no entanto, a chamada democracia de hoje apagou os rastros de ontem, é de uma ingenuidade sem tamanho. Há uma grande herança que nos foi deixada e que opera no nosso cotidiano. Torturadores que não foram julgados e permanecem livres, uma polícia que segue matando arbitrariamente, um estado que não nos conta sobre mortos e desaparecidos de ontem e de hoje" segundo a carta. O ato terminou com os membros da Comissão da Verdade "Reitora Nadir Kfourri" da PUC-SP mencionando nomes de estudantes da universidade que desapareceram e foram mortos durante a ditadura, além de outras figuras simbólicas, como Fernando Santa Cruz, irmão de Rosalina Santa Cruz, professora do Serviço Social e da Comissão, e Zuzu Angel, mãe de Stuart Angel. Flores foram depositadas e, em seguida, os presentes entoaram a canção Opinião, da cantora Nara Leão. Logo após o ato na parte externa d Tuca, os presentes reuniram-se dentro do teatro para um outro evento, organizado pela Fundação Perseu Abramo e outras entidades, que contou com a presença de atores, poetas e cantores com Sérgio Mamberti, Tiago de Melo e Sérgio Ricardo. A plateia mais uma vez lotou as dependências do teatro.

DOI-CODI

Na segunda-feira, 31/3, o ato "Ditadura Nunca Mais" lembrou os 50 anos do golpe militar de 1964 e pediu punição aos militares responsáveis pela morte, tortura e desaparecimento de militantes de esquerda durante a ditadura militar.

Com de cerca de 140 entidades presentes, os mani-



No ato em frente ao DOI-Codi manifestantes exibem os retratos dos mortos e desaparecidos da ditadura

festantes se reuniram na Rua Tutoia, em frente ao prédio onde funcionava o DOI-Codi - órgão de repressão da ditadura - em São Paulo. Eles levaram cartazes com rostos de militantes desaparecidos e fizeram uma homenagem ao ex-deputado Rubens Paiva, que dá nome à Comissão Estadual da Verdade.

Houve também a leitura em voz alta pelos participantes de um manifesto que continha nomes de mais de 50 pessoas que morreram no prédio do DOI-Codi paulista, entre eles o do jornalista Vladimir Herzog. O texto chamou a data de 31 de março de "Dia da Vergonha Nacional".

BRASÍLIA

Já na capital federal, com cartazes, aplausos e cantando o hino nacional, os manifestantes impediram o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) de fazer discurso homenageando a ditadura militar na sessão que a Câmara dos Deputados promoveu na manhã de terça-feira, 1/4, para comemorar os 50 anos do golpe militar de 1964. Na ocasião, a deputada Luiza Erundina realizou um discurso em homenagem à resistência contra a ditadura e pediu a revisão da Lei de Anistia. "É preciso virar a página desse vergonhoso capítulo da história brasileira com

aprovação do projeto de lei que propõe a interpretação da Lei da Anistia sobre crimes conexos, sem o que não se promoverá a justiça de transição", disse a parlamentar. Depois do depoimento de Erundina, Jair Bolsonaro pediu a palavra para comemorar o período ditatorial e um grupo de pessoas ligado ao mandato do parlamentar hasteou uma faixa parabenizando os militares por não deixarem o Brasil se transformar "em Cuba". A ação revoltou os manifestantes e parlamentares da casa, que, em protesto, viraram as costas para Bolsonaro. Depois de um breve tumulto, o presidente da Câmara declarou encerrada a sessão.

CORDÃO DA MENTIRA

Também na terça-feira, 1/4, diante da sede do antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), local símbolo da repressão do Estado durante o regime Civil-Militar contra os movimentos sociais, quase dois mil ativistas se reuniram na 3ª edição do Cordão da Mentira. O ato, chamado "Grande Desfil&scracho do Cordão da Mentira", começou a tomar forma por volta das 18h, no Largo General Osório, no centro antigo de São Paulo. Com frevo, samba e batucada, o grupo protestou não apenas contra as iniciativas de "comemoração" aos 50 anos do

Golpe que afundou o país em 21 anos de ditadura, mas contra o legado ditatorial, truculento e repressivo que ainda perdura no país. "A Ditadura acabou, mas esqueceram de avisar a polícia", afirmou Débora Maria da Silva, representante do Movimento Mães de Maio, grupo criado como resposta a uma série de chacinas ocorridas em São Paulo em maio de 2006. Além das Mães e Maio, os movimentos negro, indígena, estudantil e demais coletivos organizados protagonizaram o Cordão da Mentira.

MUSEU DA CULTURA

A PUC-SP não ficou de fora das atividades de "descomemoração" dos 50 anos do golpe que instalou a Ditadura Militar no Brasil. Na sexta-feira, 4/4, às 19h30, o Museu da Cultura da PUC-SP organizou uma atividade para discutir a data. Uma mesa redonda, intitulada "Os 50 anos do Golpe Militar no Brasil", foi organizada no pátio do Museu. O debate foi composto pelos professores Edson Passetti (Depto. de Política), Luiz Antônio Dias (Depto. de História) e Rosalina Santa Cruz (Depto. Serviço Social).

A diretoria da APRO-PUC acompanhou as diversas atividades e assinou os manifestos de repúdio ao golpe militar que dizimou tantos combatentes da luta pela liberdade no país.

Estudantes de Jornalismo debatem situação do curso com a Fundação São Paulo

Na segunda-feira, 31/3, os estudantes de Jornalismo reuniram-se na sala 333 com o padre Rodolpho Perazzolo, para discutir a situação do curso e outras questões que afetam os estudantes de uma maneira geral. A reunião nasceu de um pedido dos estudantes feito durante o Consad.

Basicamente as reivindicações dos estudantes referem-se à infraestrutura do curso que, segundo a avaliação dos discentes, encontra-se sucateada. Os problemas foram localizados principalmente nas condições laboratoriais e estrutura física das salas de aula. O curso de Jornalismo, com a desativação das salas de aula do chamado Corredor da Cardoso, foi transferido em sua maioria para o 5º andar do Prédio Novo, um espaço reformado na gestão do professor Antonio Carlos Ronca e que a comunidade chama de "puxadinho". Realmente

a coordenadora do Diplad, Ana Maria Lanzijá havia relacionado problemas como baixo isolamento acústico, falta de ventilação, alagamentos constantes, entre outros.

O secretário executivo da Fundação reconheceu o estado precário das instalações e levantou algumas possibilidades a curto e médio prazo, como a reforma do andar ou a transferência dos alunos para outro espaço.

LABORATÓRIOS

Já quanto aos laboratórios foram relatados problemas com equipamentos, ar condicionado, entre outros. Novamente o padre Rodolpho comprometeu-se a reequipar os laboratórios, necessitando para isto de uma lista detalhada dos equipamentos faltantes.

A grande preocupação do curso reside na inter-

venção que o MEC faz hoje, em virtude da baixa nota alcançada no Enade. O ministério deverá fazer uma visita in loco à PUC-SP para constatar as reais condições do curso.

MENSALIDADES E BOLSAS

Outra preocupação dos estudantes, esta de ordem mais geral, refere-se às altas mensalidades cobradas pela PUC-SP e os critérios para concessão da chamada bolsa filantropia. Os preços dos diversos cursos de Jornalismo foram mencionados e o secretário executivo explicou o aumento diferenciado feito ao Jornalismo em 2012: diferentemente dos outros cursos alguns deles tiveram aumento de até 13%. No caso de Jornalismo o acréscimo foi justificado pela necessidade de investimento, que até agora aconteceram em escala reduzida.

Por outro lado os alunos questionaram os critérios e prazos para a concessão da bolsa filantropia. O secretário executivo concordou com a alegação dos estudantes de que os prazos de lançamento de editais precisam ser antecipados, pois como a seleção para bolsa só acontece em março os estudantes têm que pagar várias parcelas da mensalidade.

O Setor de Bolsas também foi criticado e o padre Rodolpho alegou que hoje o setor opera com critérios muito rígidos, o que dificulta o preenchimento total das bolsas oferecidas.

Os estudantes formaram um grupo de trabalho, do qual também participam os professores, para levantar concretamente uma lista de reivindicações que serão levadas à Fundação para as devidas providências. Os estudantes têm assembleia marcada para esta semana.

DRH analisa situação de professores com direito a reposição

A Divisão de Recursos Humanos, DRH, está analisando os contratos de professores que deram aulas no mês de fevereiro mas que, devido a não autorização de abertura de turmas naquele momento, ficaram com salários inferiores ao que deveriam receber.

A reivindicação partiu de vários setores da universidade, inclusive da

APROPUC que cobrou dos gestores o pagamento de horas efetivamente trabalhadas, o que acarretou em um pedido do secretário executivo da Fundação São Paulo (e não do Consad como anunciamos em nossa edição anterior) à DRH para que fossem apurados os professores que realmente trabalharam no período reivindicado.

O resultado deste levantamento deverá estar concluído ainda nesta semana.

REAJUSTE SALARIAL

Professores e funcionários receberam seus salários na semana passada com um reajuste de 6,37% em relação ao mês de fevereiro/2014. Este reajuste é resul-

tado da composição média de uma cesta de índices e já estava prevista no dissídio das duas categorias.

O reajuste porém não deve impactar tanto os valores a serem recebidos por professores e funcionários, uma vez que neste mês ocorre o desconto anual da contribuição sindical, equivalente a um dia de trabalho.

GAUCHE NA VIDA

Copa do Mundo institui o novo Estado de guerra

O governo brasileiro pratica uma escalada de barbaridades para assegurar o lucro privado da FIFA e de seus patrocinadores. Advinha quem vai pagar a conta!

Hamilton Octavio de Souza

No futuro, quando uma Comissão da Verdade e da Justiça apurar todos os crimes praticados pelo governo brasileiro para impor ao país a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, nos moldes exigidos pela FIFA, as autoridades atuais terão de explicar porque ordenaram o despejo de tantas famílias de suas casas, desviaram dinheiro público para evento privado, espezinharam o direito de livre manifestação e colocaram as Forças Armadas em funções policiais - para intimidar os moradores de bairros, comunidades e favelas do Rio de Janeiro e de outras cidades do Brasil.

Os presidentes da República, os ministros da Justiça, Defesa e de Esportes, entre outros, e os comandantes militares serão chamados a esclarecer porque feriram os artigos 142 e 144 da Constituição, que tratam, respectivamente, das atribuições das Forças Armadas e da Segurança Pública, sendo que aquelas "destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem", enquanto que a segurança pública "é exercida para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio", através da polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis e polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Desde quando os moradores das comunidades cariocas ou de outras cidades representaram uma ameaça à Pátria, aos poderes constitucionais, à lei e à ordem?

Desde quando esses cidadãos e cidadãs foram considerados subversivos ou outra categoria de inimigos internos para serem patrulhados diretamente pelas Forças Armadas? Desde quando governos constituídos sob a denominação do Estado Democrático de Direito se valem de medidas previstas na antiga Lei de Segurança Nacional aprovada pela Ditadura Militar originada no golpe de 1964?

Os dirigentes da República precisam justificar porque criaram no país um verdadeiro Estado de Guerra contra todos os tipos de manifestações democráticas e contra as populações dos bairros mais carentes e desprovidos de serviços públicos. Afinal, por que utilizaram o aparato policial e militar, das três forças - Exército, Marinha e Aeronáutica - para, de um lado, intimidar o povo, e, de outro, assegurar que uma elite econômica e um contingente de turistas possam desfrutar do campeonato de futebol sem o menor vestígio das mazelas que atormentam cotidianamente a maioria da população.

Muito provavelmente eles serão inquiridos pela futura Comissão da Verdade e da Justiça a dizer se os protestos populares relativos à Copa do Mundo teriam acontecido se o megaevento do capital tivesse ficado restrito ao âmbito exclusivo da iniciativa privada, se não tivesse carreado recursos públicos escassos para atividades prioritárias do Estado, como saúde, educação, moradia, transportes etc.

Certamente precisarão expor, em detalhes, porque vislumbaram utilizar a Copa de 2014 como trunfo político para fins eleitorais, explorando o sentimento

popular para fazer uma exaltação ufanista de um sistema econômico que causa a desigualdade e a exclusão. Tal procedimento não reproduz a mesma lógica do governo Médici em relação à Copa de 1970, quando se procurou fundir a euforia esportiva com o regime ditatorial? Isso já não foi amplamente condenado pelo povo brasileiro junto com outras barbaridades e violências praticadas pela Ditadura?

Vale lembrar que as esquerdas brasileiras sempre se posicionaram de longa data contra a utilização do futebol, assim como de qualquer outro esporte, como instrumento de manipulação das pessoas para fins mercantis, eleitorais ou simplesmente como forma de alienação política e da cidadania. As esquerdas brasileiras criticaram duramente a Ditadura Argentina, em 1978, quando os militares usaram a Copa do Mundo para encobrir o genocídio de milhares de militantes da oposição ao regime. Há inúmeros registros sobre isso nos jornais alternativos da época e na produção acadêmica das principais universidades do país.

As autoridades não poderão escapar da responsabilidade por tudo aquilo que estão causando à Nação hoje em função de um espetáculo patrocinado pelo capital. Os danos são evidentes, não apenas aos mais pobres, que foram preteridos nos recursos públicos e tratados como classes perigosas. Não apenas aos perseguidos de sempre, os jovens, negros e moradores das periferias, que levam porradas de todos os lados e são vigiados de perto, inclusive nos mais inocentes rolezinhos.

Mas o estrago se dá também

na incipiente democracia brasileira, nos passos dados no processo civilizatório, nas mais diferentes relações da sociedade. Ao trazer as Forças Armadas para o centro do palco, o governo reativou na direita saudosa a retomada da velha lenga-lenga de um governo dos militares com "ordem, progresso e muita segurança". Espalharam a desavença e a discórdia aos quatro cantos, pelas iniquidades escancaradas por todos os lados, nos rombos orçamentários dos estádios, nas isenções especiais de impostos para empresas vinculadas ao megaevento - tudo isso resultando em inquéritos policiais, processos jurídicos, protestos públicos e todos os tipos de desgastados e reparações.

A Copa da FIFA vai acontecer, mas será para o país também a Copa da Cizânia, do acirramento de todas as diferenças, o campeonato mor da desagregação. Alguém, algum dia, vai ter que pagar por isso. Vai ter que se desculpar publicamente porque chamou as Forças Armadas para atuarem contra o povo. Esporte sim, viva o futebol! Fazer os brasileiros engolirem a Copa da FIFA de qualquer maneira, não! Autoritarismo nunca mais.

Hamilton Octavio de Souza é jornalista e professor.

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

MOVIMENTOS SOCIAIS

No "desaniversário" do golpe entidades sofrem ataques fascistas

Na virada do dia 31/3 para o dia 1º/4, infeliz aniversário de 50 anos do golpe civil-militar de 1964 no Brasil, defensores do regime ditatorial atacaram com pichações o portão e a fachada da Casa Mafalda, um espaço auto-organizado por jovens para discutir cultura, política e sociedade. "Viva militares 64!" e "Intervenção militar já!" foram as frases inscritas nas paredes da Casa Mafalda. Em nota, o coletivo chamou de "patético e covarde o modus operandi dos fascistas".

Segundo o grupo da Casa Mafalda, os agressores "se utilizaram da madrugada, assim como fazem para atacar pessoas, para lembrar um dos piores episódios da história do país".

E continua a nota: "não será por conta de tinta e spray que nos intimidarão, nós continuaremos nossas atividades libertárias como sempre: fascistas não passarão".

ECLA

Outro alvo de ataques truculentos nas últimas semanas foi o Espaço Cultural Latino-americano - o ECLA. Um grupo de policiais militares da Base Comunitária M 11160 tentou entrar no debate organizado pelo Comitê pela Desmilitarização da PM em parceria com o Comitê Popular da Copa, que ocorreu no Ecla, o Espaço Cultural Latino Americano, na noite de quinta-feira, 27, no centro da capital paulista. Segundo a ex-aluna da PUC-SP e jornalista presente na atividade, Luka Franca, os policiais permaneceram por volta de cinco minutos em frente ao local, mas ainda passaram duas vezes na rua da Abolição, onde está localizado o espaço cultural, com as luzes do giroflex desligadas. De acordo com a testemunha, duas advogadas estavam presentes no de-

bate e ficaram de prontidão para acionar a OAB caso os policiais forçassem a entrada no local.

REPRESSÃO EM MINAS

Dois ativistas da Frente Independente pela Memória, Verdade e Justiça de Minas Gerais e do Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania foram arbitrariamente presos e agredidos por guardas municipais e policiais militares, no domingo, 30/3. A prisão ocorreu às 19h30 quando os ativistas fotografavam cartazes em protesto à ditadura que estavam pregados em um busto do Marechal Duque de Caxias, na Praça Duque de Caxias, em Belo Horizonte. Guardas municipais chegaram e agiram com violência contra os ativistas. Após a prisão, eles foram encaminhados para a central de flagrantes (5ª Delegacia de Polícia).

Aclamado escritor cubano lança livro em São Paulo

O romancista cubano Leonardo Padura visita o Brasil entre 12 e 16/4 para lançar o livro "O homem que amava os cachorros", pela Editora Boitempo, obra que o consolidou definitivamente no cenário literário internacional. O livro tem sido muito elogiado pela crítica internacional (The New York Times, The Independent, El Mundo, Le Figaro) e pela mídia brasileira.

No sábado, dia 12, Padura estará em Brasília para a II Bienal Brasil do Livro e da Leitura. Depois, no dia 15, a Boitempo, em parceria com o Sesc-SP, traz o romancista cubano para um bate-papo em São Paulo.

O evento será realizado às 20h no Teatro Anchieta do Sesc Consolação, Rua Doutor Vila Nova, 245. A retirada de ingressos estará disponível na bilheteria 1h antes do início do evento. No dia seguinte, Padura se apresenta na Casa do Saber, no Rio de Janeiro. Todos os eventos são gratuitos e haverá sessão de autógrafos.

Publicado em vários países (como Espanha, Portugal, França, Estados Unidos e Alemanha), *O homem que amava os cachorros* relata os últimos anos da vida do revolucionário russo Leon Trotsky e é resultado de mais de cinco anos de rigorosa pesquisa histórica. Ele recebeu diversos prêmios internacionais e, em 2012, pelo conjunto de sua obra, Padura recebeu ainda o Prêmio Nacional de Literatura de Cuba.

Luta Popular volta às ruas e prefeitura de Osasco promete negociar

Cerca de 200 manifestantes da Ocupação Esperança, organizados pelo movimento de moradia Luta Popular, realizaram uma passeata com destino à Prefeitura de Osasco, na manhã de quinta-feira, 3/4. Com o protesto, a Av. dos Autonomistas e toda a região central de Osasco ficou travada.

O objetivo dos sem-teto era que o prefeito Jor-

ge Lapas (PT) abrisse negociação, evitando um iminente despejo - no dia 18/4, vence a liminar cedida à Ocupação Esperança de suspensão da reintegração de posse, expedida pela Justiça ainda no mês de março. Uma comissão foi recebida por representantes da prefeitura. Na ocasião foi entregue pelos sem-teto uma pauta de reivindicação

que pedia abertura de negociação sobre o terreno ocupado há sete meses.

A prefeitura comprometeu-se a dar uma resposta no dia seguinte, na sexta-feira, 4/4, durante o fechamento dessa edição do jornal. No próximo número, o **PUCviva** traz todas as informações referente à luta dos moradores da Ocupação Esperança por moradia.

ROLA NA RAMPA

PUC-SP recebe Semana Contra o Apartheid Israelense

A Semana Contra o Apartheid Israelense aconteceu no Brasil e em diversos países pelo mundo, e em São Paulo seguiu até o dia 28/3 com palestras e debates. No dia 24/3, a Frente Palestina da Universidade de São Paulo (USP) e a Frente em Defesa do Povo Palestino promoveram na PUC-SP um debate sobre as relações entre o apartheid na África do Sul entre 1948 e 1994 e o vivido pelos palestinos há mais de 60 anos. Com a presença do jornalista Arturo Hartmann, diretor do filme "Sobre futebol e barreiras", feito na Palestina, e dos sul-africanos Thando Manzi, estudante de

Geografia, e Hlokosa Montu, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos da África do Sul, que contextualizaram o apartheid africano e mostraram a relação com os problemas que ocorrem na região palestina por conta do exército israelense. A semana contou com um ato em boicote a Israel no Dia da Terra Palestina, 30/3, denominado "rolezinho palestino", no Shopping Higienópolis, em frente à loja Spicy, que anuncia em seu site a venda da máquina de gaseificação caseira Sodastream, cuja fábrica está instalada na Cisjordânia, território palestino ocupado militarmente por Israel em 1967.

PUC-SP recebe 5º Fórum das IES Católicas

Nos dias 8 e 9/5, o campus Ipiranga da PUC-SP será sede do 5º Fórum das IES Católicas, que terá como tema a qualidade nas Instituições de Ensino Superior Católicas. A realização é da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (Anec), em parceria com a PUC-

SP. Entre os participantes, estão a reitora indicada Anna Cintra e o diretor da Anec, pe. José Marioni. No dia 9/5, às 8h, Dom Odilo Scherer realiza celebração eucarística. Mais informações pelo e-mail ensinosuperior@anec.org.br ou telefone (61) 3533-5054.

Curso de História Judaica na PUC-SP

A Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão está com inscrições abertas para o curso "História Judaica: De Abraão à Inquisição", que narra a trajetória e apresenta as diferenças entre as comunidades judaicas da Europa ocidental, oriental e dos países árabes abordando aspectos pouco conhecidos como as condições sociais que esse povo vivia em cada região. Com

início em 22/4, o curso tem por objetivo mostrar a importância da história judaica na formação da civilização ocidental e delinear a história das civilizações judaicas da idade moderna ao mundo contemporâneo com seus reflexos na atualidade. Para se inscrever [acesse http://www.pucsp.br/pos-graduacao/especializacao-e-mba/historia-judaica-de-abraao-a-inquisicao#apresentacao](http://www.pucsp.br/pos-graduacao/especializacao-e-mba/historia-judaica-de-abraao-a-inquisicao#apresentacao).

Derdic promove oficina sobre brincadeiras com bebês

A Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (Derdic) está com inscrições abertas para a oficina "O brincar nas intervenções com bebês". O evento acontece durante o mês de maio, em três encontros de duas horas (dias 6, 13 e 20, das

9 às 11h, ou 8, 15 e 22, das 16 às 18h). Para se inscrever no curso, acesse a ficha em <http://www.pucsp.br/derdic/downloads/ficha-de-inscricao-2-o-brincar-nas-intervencoes-com-bebes.doc>. Para mais informações, entre no site do Derdic em www.pucsp.br/derdic.

CA Benê tem nova gestão

O Centro Acadêmico Benê Paixão teve sua gestão 2014 eleita na quinta-feira, 3/4, em processo eleitoral que contou com a participação de mais de 150 estudantes. A única chapa inscrita, Benê Block, teve 168 votos,

além de 6 votos nulos. Entre os compromissos da chapa, está a continuidade da luta contra o aumento das mensalidades e e por mais bolsas institucionais, além de reivindicar melhora da estrutura das salas de aula e laboratórios.

Seminário do Pós em Economia Política

O Grupo de Pesquisas em Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia (EITT) do Pós em Economia Política realiza no dia 8/4, às 14h, o seminário "Metodologia da Tábua

de Mortalidade de São Paulo", coordenado pelo professor Luis Patrícia Ortiz Flores (FEA/PUC-SP). O evento será feita na sala 214 (5º andar, prédio novo) e é aberto.

Professora é homenageada por estudantes

A professora Célia Mello, falecida no final do mês de dezembro do ano passado, foi homenageada por estudantes e pela Agência PUC de Publicidade na noite de quinta-feira, no auditório 100 da universidade. Célia

era fotógrafa e lecionou a disciplina de Fotografia aos estudantes de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Comunicação e Multimeios. Os alunos homenagearam a professora postando a foto que reproduzimos abaixo.

OBRIGADO POR TUDO!

